



MALHEIROS FILHO - CAMARGO LIMA - RAHAL

ADVOGADOS

Intermezzo

A ALIANÇA PT-PL, NARRADA POR ELIANE CANTANHÊDE

Conquanto nunca tenha deixado a reportagem (tanto assim que frequentemente responde por furos), a jornalista ELIANE CANTANHÊDE assina uma concorrida coluna de opinião. Opinião é algo com que se pode concordar ou discordar; tratando-se – como é o caso – de profissional idôneo, difícil é achar quem sempre discorde e impossível encontrar quem sempre concorde.

Mas algumas qualidades ninguém pode negar a essa jornalista: integridade moral, seriedade profissional e acesso a excelentes informações, para não mencionar um invejável domínio do vernáculo. Vamos recorrer a essa figura insuspeita, em páginas de sua biografia de JOSÉ ALENCAR, para mostrar como foram feitas as composições partidárias visando ao desempenho eleitoral, particularmente a construção da chapa vitoriosa LULA-ALENCAR.

Os dois [Lula e José Alencar] continuaram trabalhando a aliança com o PL, cada um pelo seu lado. Quando tudo parecia fechado e amarrado Alencar assinou a ficha no partido. Mas...

‘Ficou fechado de araque, porque na última hora ainda houve problema e quase deu tudo errado’, conta ele. José Direceu e Valdemar Costa Neto chegaram a redigir nota oficial em que



MALHEIROS FILHO - CAMARGO LIMA - RAHAL

ADVOGADOS

comunicavam a desistência da coligação. O impasse era sobre a divisão dos recursos arrecadados entre os partidos coligados. Além de PT e PL, havia o PCdoB. (...)

Cabe aqui uma explicação: O Partido do “cabeça da chapa” (Lula) era quem tinha o poder de arrecadar. E o PL queria participar dessa captação para financiar suas diversas campanhas nos Estados. A jornalista prossegue:

[Lula] chegou no dia seguinte. Reuniram-se todos no apartamento que os deputados petistas Paulo Rocha e Jair Meneguelli dividiam no final da Asa Sul de Brasília, a 15 minutos do aeroporto. Lula tinha avisado que a viagem era vapt-vupt.

A casa ficou lotada, todo mundo tomando ‘uns golos’. Participaram Lula, Alencar, Dirceu, Costa Neto, a presidente do PT de Minas, Maria do Carmo Lara, o deputado e futuro secretário de Direitos Humanos Nilmário Miranda, também do PT de Minas e os anfitriões, entre outros.

O PT já havia registrado na Justiça Eleitoral uma previsão de gastos de R\$ 40 milhões, o que era considerado insuficiente para enfrentar a campanha, que imaginavam bilionária, do adversário PSDB. A questão não implicava apenas o financiamento dos candidatos a presidente e vice, mas também dos que disputavam o Senado, a Câmara, as assembléias legislativas [faltou aqui mencionar os governos estaduais].

A pergunta era: como distribuir os recursos? [recorde-se que quem tinha potencial arrecadador era o PT e que o PL queria sua parte nesse



MALHEIROS FILHO - CAMARGO LIMA - RAHAL

ADVOGADOS

bolo]. *Curiosamente, como conta Alencar, quem sugeriu o critério finalmente aceito não foi nenhum dos políticos. Foi seu assessor Adriano [o grande Adriano Silva, braço direito de José Alencar]. E era simples: os dois partidos trabalhariam para levantar os recursos e depois distribuiriam toda a verba de campanha proporcionalmente ao número de deputados de cada um. (...)*

Para simplificar, o PT ficaria com três quartos da verba, enquanto o PL ficaria com o quarto restante. E o PCdoB? Não perguntem, porque nem os envolvidos sabem. Aparentemente os velhos comunistas ficaram fora do ‘rachuncho’. E talvez por isso ficaram fora também do ‘mensalão’ que desabaria já no primeiro mandato na cabeça do PT e do PL, entre outros menos cotados. (...)

Na versão de todos eles, nem Lula nem Alencar participaram da reunião que viria a dar rolo depois, sobre coleta, contabilização e distribuição de fundos. Eles estavam numa sala ao lado, já se aprontado para ir embora.

Touché! O dinheiro envolvido nesse “mensalão” em que ninguém recebeu dinheiro mais de uma vez (quanto mais pagamentos mensais!) destinava-se ao financiamento de campanhas (e ao pagamentos de seus débitos que ficaram em aberto depois das eleições), tendo havido “rolo” quanto a sua contabilização e distribuição.

Votos no Parlamento – em qualquer Parlamento do mundo – conseguem-se com a partilha do poder, não com dinheiro. Isso era tarefa dos militantes que



MALHEIROS FILHO - CAMARGO LIMA - RAHAL

ADVOGADOS

estavam no Governo, primeiramente na Casa Civil e, depois, na Articulação Política.

O dirigente partidário, como era DELÚBIO, preocupava-se em cumprir os compromissos assumidos com os coligados, relativos à sua associação para fins eleitorais.